

Chamada de trabalhos

O “governo” dos jornalistas

Data da publicação da chamada: 5 de novembro de 2012 – Prazo para submissão dos artigos: 15 de janeiro de 2013

Coordenadores :

Roselyne Ringoot, Jean-François Tétu, Adeline Wrona, Riemy Rieffel
roselyne.ringoot.1@sciencespo-rennes.fr Jean-Francois.Tetu@univ-lyon2.fr
r.rieffel@orange.fr adeline.wrona@celsa.paris-sorbonne.fr

Ao postular um “governo” de jornalistas, esse dossiê da revista propõe estudar os efeitos no jornalismo produzidos por recursos, ações e incitações estabelecidas pelo poder público. Trata-se de questionar as formas de ação do Estado relacionadas ao jornalismo e de abordar os jornalistas, suas práticas, as notícias que produzem à luz da relação governantes/governados. A noção de “governo” remete aqui à abordagem de Michel Foucault que o define enquanto “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens”, ao mesmo tempo em que levamos em consideração as práticas de desvio e de resistência. O “governo” dos jornalistas é atualmente o produto de uma sobreposição de textos e de instituições que cruzam visões muito variadas, ao longo do tempo, ligações entre liberdade de informação, liberdade de empreender, direito do público à informação e “proteção” dos jornalistas. Se as pistas da reflexão abertas aqui se articulam sobre exemplos franceses, esse dossiê também busca contribuições observadas em outros contextos nacionais.

Desde a industrialização da imprensa no fim do século XIX, a ação pública francesa se concentrou sobre os conteúdos jornalísticos ao controlar a liberdade de informação (Lei de 1881), depois sobre o estatuto dos jornalistas com a aprovação de uma Lei (em 1935) para atenuar o fracasso das negociações entre os atores sociais. A partir daí, a “administração” dos jornalistas vai ganhar força com a Comissão da Carteira Profissional, instância paritária representando principalmente a profissão e os empregados, e agindo em nome do Estado. A Comissão arbitral e, depois, a Comissão paritária do emprego (1976) completam este dispositivo. A ação do Estado se concretiza também por um sistema de ajuda concedido às publicações em função do critério de “interesse geral”, por meio da Direção Geral dos meios de comunicação e da indústria cultural, e a Comissão paritária de publicações e agências de notícias implicando vários ministérios (Comunicação, Economia, Orçamento, Justiça e Cultura).

Medidas recentes se inserem, aliás, dentro de uma forma de “governança” e de “administração” de jornalistas. A dimensão jurídica, nesse caso, aparece de forma mais tangível notadamente na questão das fontes, que remetem diretamente ao trabalho dos jornalistas quanto ao acesso à informação e à proteção de seus informantes. Enquanto a lei do segredo da fonte era proposta,

debatida e aprovada, situações como o caso Bettencourt¹ ou a prisão/ investigação de vários jornalistas em outros casos apontava para o problema causado pela imprecisão da expressão “interesse nacional” presente no texto da lei. Mesmo que o jornalismo não fosse tratado diretamente pela Lei Hadopi², certas situações da prática jornalística são cobertas pela lei, em particular no que se refere ao domínio sobre os direitos autorais. Em outro contexto, também podemos mencionar a reforma da representação sindical junto à direção das empresas na qual o sindicato dos jornalistas ultrapassaram seus limites ao defenderem critérios de exceção para a sua prática. No entanto, independente da adoção de leis – cuja eficácia podemos questionar – outros fatores influenciam em matéria de fiscalização, de economia, de interesse geral, de funcionamento democrático, e que buscam considerar o jornalismo em função de, ou em relação a “um regime de governo múltiplo” (Foucault). Por exemplo, os Estados gerais da imprensa – que suscitam adesão ou resistência no meio jornalístico –, convocados pelo Presidente da República em 2008 com o objetivo de discutir o futuro do jornalismo e sua relação com a sociedade, dão matéria para reflexão sobre a ação política em defesa da profissão. Os trabalhos da Conferência nacional das carreiras do jornalismo (2010), que escolheram manter a formação como tema inaugural na ocasião da sua primeira manifestação organizada sob a égide do ministério do Trabalho, da Cultura e da Educação Superior, podem também serem vistos sob o prisma do “governo” dos jornalistas. O papel crescente da Comissão paritária nacional do emprego dos jornalistas na construção de programas de formação profissional e a delimitação desse setor se inscreve parcialmente numa iniciativa de organização desse “mercado” ao nível da recente reforma do ensino superior.

O objetivo deste dossiê é de tratar do exercício mais ou menos direto do poder público sobre a informação jornalística, sobre a profissão, sobre as empresas de comunicação, a partir de uma discussão das formas contemporâneas e históricas de articulação entre liberalismo e intervencionismo. Além dessas modalidades, podemos também nos questionar sobre os níveis infra (políticos locais e regionais) e supranacionais (União Européia, organizações internacionais) de intervenção, bem como outros modelos nacionais. Nessa perspectiva, trata-se de identificar e de analisar como o exercício do jornalismo, a definição e o funcionamento da profissão, quanto à emergência, o desenvolvimento ou o desaparecimento de suportes e conteúdos jornalísticos podem depender de políticas públicas visando diferentes setores. Em um sentido oposto, podemos também considerar como e por quê o Governo se abstém, ou ainda como as organizações profissionais antecipam, suscitam, influenciam e evitam a ação governamental.

As propostas podem se declinar em torno de quatro grandes eixos:

- A estruturação do domínio mediático.

Trata-se aqui de analisar os efeitos dos dispositivos que, ontem e hoje, na França ou no exterior, tendem a fazer da intervenção pública um processo de “rotulação” das empresas mediáticas: pensamos, por exemplo, na definição dos critérios de elegibilidade à ajuda direta e indireta do Estado, ao apoio dado à distribuição da imprensa nas bancas de revista (Loi Bichet), e, mais recentemente, o suporte dado pelo governo da França ao desenvolvimento da imprensa online; a atribuição das frequências de radiodifusão, as decisões tomadas em matéria de regulação da publicidade entram igualmente nessa categoria, assim como as decisões tomadas em matéria de publicidade nos canais de televisão públicos.

¹ Escândalo político-financeiro iniciado com a publicação, em junho de 2011 pelo site Mediapart, de escutas telefônicas clandestinas feitas em 2009 e 2010 por Pascal Bonnefoy, mordomo de Liliane Bettencourt, executiva e primeira acionista do grupo L'Oréal. As escutas sugeriram que Bettencourt estava ligada a crimes de fraude e evasão fiscal.

² Lei responsável por controlar e regular o acesso à Internet na França, bem como encorajar o cumprimento das leis de direito autoral pelos usuários da Web.

- A orientação do tratamento jornalístico.

Esse eixo de reflexão aborda as interações de discurso na seleção e no tratamento da informação, sob a ótica da “publicidade” ou da exposição sobre as quais se articulam as políticas públicas. A recomposição da ação pública impulsionaram a divulgação de “dados”, o debate de certas questões sociais (imigração, meio-ambiente...), o processo de designação e de categorização de atos e de atores sociais. Como esses elementos se orientam no tratamento da atualidade? Inversamente, qual é o papel da produção jornalística no agendamento de problemas públicos. Essas questões se traduzem pela emergência de novas publicações ou de novas editoriais dedicadas, ou persistem em tratamentos alternativos.

- A gestão do serviço público.

Podemos nos questionar sobre os efeitos das reformas do audiovisual sobre a profissão e a informação do serviço público e a demora em promover tais mudanças. Podem ser abordadas as modalidades de nomeação e hierarquia, evolução do estatuto do pessoal, terceirização da produção, incentivo à racionalização de custos. Esses fenômenos geram repercussões sobre os atores do presente que podem ser analisados nesse eixo. Aliás, não existe, na França, um “setor público” da imprensa escrita, não é proibido se questionar sobre a existência de veículos que podem desempenhar esse papel (*Le Moniteur universel*, *Le Journal officiel*), ou até sobre empresas com estatuto híbrido, parcialmente controladas pelo Estado (AFP).

- A legitimação dos jornalistas.

A identidade profissional do jornalista evolui em função de modelos de “governo/governança” que são impostos pelo poder público: as consequências podem ser globais (novos dispositivos de direitos autorais, questionamentos sobre o estatuto profissional, projetos de enquadramento da profissão), bem como ter relação com certos aspectos mais precisos da prática jornalística (a regulamentação sobre a proteção das fontes). Além disso, as formas de representação pública do jornalismo também serão analisadas aqui, abordando, por exemplo, a evolução do panorama sindical, na França e no exterior, ou no funcionamento de instâncias paritárias. Enfim, vamos acolher neste eixo reflexões que analisem as estratégias utilizadas pelos jornalistas para contornar medidas do setor público - como, por exemplo, o caso de jornalistas “sem registro profissional”, ou ainda, em contexto de censura, ou a prática do disfarce ou dissimulação dos autores.

Submissão (textos de 30 a 50 mil caracteres, com espaço, notas e bibliografia), **até o dia 15 de janeiro de 2013** : <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/author/submit/1>

Os textos podem ser redigidos em português, inglês, francês ou espanhol.

Os artigos propostos devem ter um referencial teórico, uma metodologia de pesquisa e um material de análise.

O método utilizado para a seleção dos artigos é a avaliação cega pelos pares.

A revista *Sobre jornalismo – About Journalism – Sur le journalisme*

...é um **local de encontro** de diferentes tradições e de interesses de pesquisa sobre realidades históricas distintas. Os estudos em jornalismo têm se estruturado a partir de epistemologias, abordagens e metodologias que moldam as produções científicas nacionais e os contextos lingüísticos. A Revista garante a repercussão das práticas e dos resultados das produções científicas nacionais a partir de um posicionamento marcadamente internacional. Em um contexto de mundialização e de homogeneização relativa dos sistemas midiáticos e das práticas jornalísticas, o periódico *Sobre o Jornalismo* traz um olhar sobre as convergências e resistências das culturas jornalísticas e científicas.

A revista é um **espaço** dedicado à **ciência**. Conduzida por um comitê editorial (de quatro editores) encarregado de facilitar essas trocas, conta com o trabalho coletivo de conselhos científicos compostos de pesquisadores europeus, latino-americanos e norte-americanos. Os membros desses conselhos são personalidades reconhecidas pela qualidade de suas pesquisas e pelo olhar internacional e interdisciplinar sobre os trabalhos realizados no campo do jornalismo.

A revista serve como **trampolim** para a publicação de trabalhos inovadores, de olhares transdisciplinares e de pesquisas produzidas por estudantes de pós-graduação. Publicada em versão impressa e on-line, será constituída de dossiês temáticos em torno de problematizações precisas, com o objetivo de difundir resultados originais do ponto de vista teórico e/ou metodológico. Resultados de pesquisas de mestrado, relatórios de estudos científicos, notas de campo e de corpus também encontram espaço de difusão na revista.

O periódico é um **espaço de encontro** de demandas, de olhares e de pesquisadores que encontram na publicação um local estímulo à produção científica.

Editeurs / Editors / Editores

François Demers (Université Laval, Canada) • Florence Le Cam (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Fábio Henrique Pereira (Universidade de Brasília, Brasil) • Denis Ruellan (Université de Rennes 1, France).

Conseils scientifiques / Scientific boards / Conselhos científicos

Jean de Bonville (Université Laval, Canada) • Jean Charron (Université Laval, Canada) • Rogério Christofoletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) • João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Béatrice Damian-Gaillard (Université de Rennes 1, France) • Javier Díaz-Noci (Universidad Pompeu Fabra, España) • Kênia Beatriz Ferreira Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil) • Mike Gasher (Concordia University, Canada) • Gilles Gauthier (Université Laval, Canada) • Valérie Jeanne-Perrier (Université Paris-Sorbonne, France) • Éric Lagneau (docteur, France) • Sandrine Lévêque (Université de la Sorbonne, France) • Claudia Mellado Ruiz (Universidad de Santiago, Chile) • Pedro Santander Molina (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile) • Erik Neveu (IEP de Rennes, France) • Véronique Nguyễn-Duy (Université Laval, Canada) • Dione Oliveira Moura (Universidade de Brasília, Brasil) • Greg Nielsen (Concordia University, Canada) • María Laura Pardo (Universidad de Buenos Aires, Argentina) • Mauro Pereira Porto (Tulane University, USA) • Franck Rebillard (Université Paris 3, France) • Rémy Rieffel (Université Paris 2, France) • Viviane de Melo Resende (Universidade de Brasília, Brasil) • Roselyne Ringoot (IEP de Rennes, France) • Eugénie Saïtta (Université de Rennes 1, France) • Lia Seixas (Universidade Federal da Bahia, Brasil) • Jean-François Têtu (IEP de Lyon, France) • Annelise Touboul (Université de Lyon 2, France) • Jean-Michel Utard (Université de Strasbourg, France) • Adeline Wrona (Université Paris-Sorbonne, France)

Equipe éditoriale / Editorial team / Equipe editorial

Thierry Adam, M@rsouin (conception numérique) • Elodie Bourgneuf, Textotexte (correction) • Yann Le Sager, Zen-at-work.com (conception graphique)

<http://surlejournalisme.com/rev>